

Domingo, 12 de outubro de 1980

Assembleia Constituinte ainda não tem consenso civil

CLÓVIS ROSSI

A Assembleia Nacional Constituinte não é uma tese que tenha consenso na sociedade civil, a julgar pelas decisões tomadas quinta-feira pelo Plenário Democrático da Sociedade Civil, que está em fase de organização e que reúne os quatro partidos oposicionistas (PDT, PMDB, PP e PT) e mais 43 entidades, entre as quais a OAB, a ABI, a Comissão Justiça e Paz e o Comitê Brasileiro de Anistia. A Constituinte acabou não figurando entre os 15 pontos programáticos aprovados pelo Plenário, embora tivesse sido defendida por boa parte dos oradores.

Na prática, os 15 pontos aprovados levariam a convocação da Constituinte, pela medida geral que eles prevêem. Os itens pedem desde a revogação da Lei de Segurança Nacional até melhores condições de vida, trabalho e salário para o povo, desde eleições diretas em todos os níveis até o direito de greve, desde a reforma agrária até a autonomia e independência dos Poderes Legislativo e Judiciário. Os 15 itens compõem uma listagem daquilo que a Sociedade Civil considera fundamental para passar-se da mera abertura à Democracia. O programa, diz José Alvaro Moisés, representante da Associação dos Sociólogos de São Paulo, é "o mínimo minimorum, um ponto de partida para posteriores discussões".

TERROR, A PRIORIDADE

As discussões permitiram também perceber que os atentados terroristas, apesar da relativa trégua dos últimos 15 ou 20 dias, continuam a ser uma preocupação fundamental de boa parte dos grupos representados no Plenário. Ocorre que a complexidade dos problemas brasileiros e a velocidade com que surgem novas situações acabaram atropelando a questão do terrorismo, base inicial para a convocação do Plenário, há cerca de um mês. Tanto é assim que o documento inicialmente proposto à discussão não previa a explícita condenação dos atentados terroristas.

minúcia, que, se é saudável para o debate interno, acaba, por vezes, enterrando a ação; segundo, na volúpia de alguns setores em marcar posições que lhe são caras, mesmo sabendo que elas não encontram consenso; e, acima de tudo, no que foi constatado pelo ex-dirigente sindical José Ibrahim, representante do PT: "A gente fala na Sociedade Civil, na mobilização das organizações populares, mas na prática vê que a sociedade civil tem grande dificuldade de articulação entre si e acaba dividindo esforços".

NA DEFENSIVA

Ocorre, também, na prática, que o conjunto de entidades da Sociedade Civil acaba sempre atuando em resposta a ações e propostas do governo e raramente toma a iniciativa. Tanto assim que a maior parte das proposições debatidas e/ou aprovadas quinta-feira tem uma conotação defensiva: contra a Lei de Segurança Nacional, contra o terrorismo, contra a violência policial. E, quando surgem as propostas positivas, elas são bastante genéricas, o suficiente para receberem as adesões tanto do PP como do semanário "Hora do Povo", tanto da Comissão Justiça e Paz como das entidades estudantis.

Como superar essas dificuldades e explicitar um pouco mais o seu programa, é o problema que o Plenário começará a enfrentar a partir da sua próxima reunião, também na quinta-feira. Nessa nova reunião, será discutido e aprovado o regimento interno, cujo esboço prevê a escolha da Comissão Coordenadora, formada por 21 membros, que elegerá, por sua vez, o Comitê Executivo de três integrantes.

A partir daí, o Plenário poderá deixar de ser o que ainda é hoje, apenas o embrião de uma boa idéia, para se transformar no que Luis Eduardo Greenhalgh, presidente do CBA-SP, chama de "forma nova e superior de organização das oposições, criando dentro dela maior espaço para os movimentos populares" (o Plenário inclui Sociedades Amigos de Bairros e Comunidades

ANC 88
Pasta 80/81
086/1980

E, mesmo assim, parece ter pesado, na concretização dos 15 pontos do programa, uma idéia mais ou menos geral mas explicitada por Lindolfo Silva, representante do "Correio Sindical": "O que está nos unindo são os atentados terroristas, mas é preciso entender a razão deles. Para combatê-los é preciso o alargamento da democracia no País. Não adianta nada combater o terrorismo sem defender o alargamento da democracia."

Essa é a idéia central do Plenário, que esbarra, entretanto, em algumas dificuldades: primeiro, na tendência nacional à busca da

Eclesiais de Base, além da Pastoral Operária).

Se, do embrião, se chegará efetivamente à otimista visão de Greenhalgh, ainda é muito cedo para dizer. Por enquanto, foi um saudável exercício do debate entre correntes as mais diferentes: conseguiu-se, por exemplo, ver Cláudio Lembo, que há apenas dois anos foi candidato a senador pelo partido do governo, sentar-se ao lado de representantes de todos os matizes de esquerda, debatendo temas de interesse comum porque são do interesse do conjunto da Sociedade. E, mais: ninguém saiu ferido e nem a segurança nacional foi abalada.